



Departamento do Agronegócio

AgroLegis

Federal

Acompanhamento de
Legislações

31 de julho de 2014
Edição 138

Documento Interno

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Benjamin Steinbruch**

Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

Anderson dos Santos

Fabiana Cristina Fontana

Maria de Lourdes Rillo

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

Índice:

Rótulo

PROJETO DE LEI DO SANADO, Nº 196 DE 2007 _____ 02

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor.

Rastreabilidade

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 337 DE 2008 _____ 14

Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.

Defensivos agrícolas

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 679 DE 2011 _____ 21

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 196 DE 2007

Autor: Jayme Campos

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido do §3º, com a seguinte redação:

“Art. 6º

§3º Os refrigerantes, refrescos, xaropes, preparados sólidos ou líquidos para refresco ou para refrigerante e os sucos a que forem adicionados açúcares deverão mencionar em seus rótulos, de forma facilmente legível, além dos dizeres obrigatórios estabelecidos na legislação específica, a medida de seu teor calórico, seguida da seguinte frase de advertência: ‘O consumo abusivo deste produto pode causar obesidade infantil, levando a graves doenças como diabetes, pressão alta e cardiopatias, com aumento do risco de infarto e de derrames’”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação.

Justificativa:

A da obesidade infantil cresce assustadoramente no Brasil. As elevadas taxas de morbidade conseqüentes dos maus hábitos alimentares representam significativo impacto sobre os custos do sistema de saúde pública em nosso país e ameaçam reduzir drasticamente a expectativa de vida das próximas gerações de brasileiros. Segundo a Sociedade Latino-Americana de Associações de Obesidade, o Brasil registrou um aumento de 239% dos casos, nas últimas duas décadas. Hoje, um terço das nossas crianças apresenta sobrepeso. Em apenas 3 anos, serão 61,6%, segundo as projeções divulgadas.

Trata-se de um problema que aflige o mundo inteiro e as estatísticas mostram resultados devastadores. A Organização Mundial da Saúde comparou os índices da doença ao longo de 20 anos, em 60 países que representam mais da metade da população mundial, e constatou que o problema explodiu em 58 deles.

Estudos recentes publicados pela organização Força-Tarefa Internacional contra a Obesidade (IOTF), dão conta de que o número de jovens obesos dobrará até o ano de 2010. A cada ano a Europa terá mais 1,3 milhão de garotos acima do peso, o que totalizará 26 milhões de obesos. Na América do Sul, 15,2% das crianças e adolescentes apresentarão obesidade.

O número de jovens obesos no Brasil cresceu, em vinte anos, quatro vezes mais que nos Estados Unidos, onde o problema já é gravíssimo. Uma pesquisa feita por lá com mães de crianças acima do peso revelou que 79% delas não notavam nada de errado na silhueta dos filhos. Outra pesquisa, com famílias de crianças francamente obesas, revelou que 35% dos pais nem sequer imaginavam que elas pudessem estar nesta condição. Uma terceira pesquisa americana, feita com 103 jovens, revelou que uma lata da bebida por dia equivale a um ganho de cerca de seis quilos em um ano.

Vale lembrar que o excesso de peso em 80% das crianças já registra algum tipo de alteração no mecanismo da insulina ou nas taxas de colesterol e de triglicérides. Um terço apresenta gordura no fígado, o que predispõe à cirrose.

Em trinta anos o consumo brasileiro de refrigerantes cresceu 400%. Ele representa hoje 66 litros ao ano, ou seis quilos de açúcar, por pessoa. Um excesso diário de apenas 120 kcal (um copo de refrigerante comum) é capaz de produzir em 10 anos um acréscimo de peso superior a 50 quilos.

O art. 31 da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1.990 (Código de Defesa do Consumidor) determina expressamente que a oferta e apresentação de produtos devem assegurar informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores. A obesidade infantil acarreta inúmeras disfunções, como apnéia do sono, pressão alta, inchaço no coração, asma, gordura no fígado, pedras na vesícula, doenças do refluxo, ovário policístico, resistência à insulina, diabetes tipo 2, problemas nos ossos, hormônios alterados, índices elevados de colesterol e triglicérides etc.

O mais grave é que a tendência à coagulação acelerada do sangue, com alterações nas paredes internas das artérias mais tarde leva aos ataques cardíacos e aos derrames cerebrais. Ademais, há que se considerar a ocorrência de distúrbios psicossociais conseqüentes à auto-estima rebaixada, à deformação da auto-imagem e à visão preconceituosa da sociedade, ao estigmatizar a criança obesa, que pode levar a quadros depressivos na adolescência, abuso de drogas e transtornos de ansiedade.

Diante de tão contundentes argumentos, espero contar com o apoio dos ilustres pares, com vistas à aprovação deste projeto, a meu ver indispensável no combate a tão furtiva ameaça à saúde e ao bemestar de nosso povo.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site Senado Federal:

http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Materia/Detalhes.asp?p_cod_mate=80668

Data de apresentação: 18/04/2007

Ementa: Acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil.

Explicação da ementa: Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994 9 Dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas) para dispor que os refrigerantes, refrescos, xaropes, preparados sólidos ou líquidos para refresco ou para refrigerante e os sucos a que forem adicionados açúcares deverão mencionar em seus rótulos, de forma facilmente legível, além dos dizeres obrigatórios estabelecidos na legislação específica, a medida de seu teor calórico, seguida da seguinte frase de advertência: "O consumo abusivo deste produto pode causar obesidade infantil, levando a graves doenças como diabetes, pressão alta e cardiopatias, com aumento do risco de infarto e de derrames". Estabelece que a lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação.

Indexação: Altração, Lei Federal, Dispositivos, Fixação, Obrigatoriedade, Inclusão, Rótulo, Embalagem, Bebida, Especificação, Conteúdo, Teor Calórico, Advertência, Riscos, Saúde.

Tramitação:

18/04/2007 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 08 (oito) folhas numeradas e rubricadas.

18/04/2007 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura. Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, e à de Assuntos Sociais, onde poderá receber emendas, pelo prazo de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos, cabendo à última a decisão terminativa. Ao Pleg, com destino à CMA; posteriormente, à CAS, para decisão terminativa.

19/04/2007 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Recebido na Comissão, nesta data.

Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

23/04/2007 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Prazo para apresentação de Emendas:

27/04/2007 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Esgotado o prazo regimental em 27.04.2007, não foram oferecidas emendas.

Aguardando designação de relator.

04/05/2007 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: À Senadora SERYS SLHESSARENKO, para relatar.

14/11/2008 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

*Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.*

17/03/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A matéria será redistribuída em razão da Relatora, Senadora SERYS SLHESSARENKO, não mais pertencer aos quadros desta Comissão.

26/03/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao senador GILVAN BORGES, para relatar.

14/07/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Matéria devolvida pelo relator, Senador GILVAN BORGES, com relatório pela aprovação da proposição nos termos do Substitutivo que apresenta.

29/07/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da 23ª reunião da CMA, a realizar-se em 4/8/2009.

05/08/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Matéria não apreciada na 23ª reunião da CMA, realizada em 4/8/2009.

10/08/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Proposição incluída na pauta da 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de 11/08/09.

11/08/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Matéria não apreciada na 24ª reunião da CMA, realizada em 11/08/2009

13/08/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Proposição incluída na pauta da 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, de 18/08/09.

18/08/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: A 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, marcada para 18/08/09, não se realizou.

20/08/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A matéria retorna ao relator, Senador Gilvam Borges, a pedido, para reexame.

03/12/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo Relator, Senador Gilvam Borges, com relatório favorável à matéria com as duas emendas que apresenta.

Textos: Relatório

04/12/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da 44ª reunião da CMA, a realizar-se em 8/12/2009.

08/12/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Matéria não apreciada na 44ª reunião da CMA, realizada em 8/12/2009.

11/12/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da 45ª reunião ordinária da CMA, a realizar-se em 15/12/2009.

15/12/2009 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Matéria não apreciada na 45ª reunião ordinária da CMA, realizada em 15/12/2009.

05/02/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da 1ª reunião ordinária da CMA, a realizar-se em 9/2/2010.

09/02/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Matéria não apreciada na 1ª reunião ordinária da CMA, realizada em 9/2/2010.

09/02/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A matéria será redistribuída em razão do Relator, Senador Gilvam Borges, não mais pertencer aos quadros desta Comissão.

****** Retificado em 18/02/2010******

Anexada minuta de parecer (fls. 9 a 14).

23/02/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Ao Senador Jayme Campos, para relatar.

****** Retificado em 23/02/2010******

Ao Senador Geovani Borges, para relatar.

25/02/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo Relator, Sen. Geovani Borges, com relatório favorável à matéria com as duas emendas que apresenta.

Textos: Relatório

05/03/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da 4ª reunião ordinária da CMA, a realizar-se em 09/03/2010.

09/03/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Matéria não apreciada na 4ª reunião ordinária da CMA, realizada em 09/03/2010.

12/03/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da 5ª reunião ordinária da CMA, a realizar-se em 16/03/2010.

16/03/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Reunida a Comissão, é designada Relatora "ad hoc" a Senadora Marisa Serrano, que faz a leitura do Relatório.

Concedido pedido de vista ao Senador Flexa Ribeiro, nos termos regimentais.

18/03/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da 7ª reunião ordinária da CMA, a realizar-se em 23/03/2010.

23/03/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Reunida a Comissão, a matéria é retirada de pauta a pedido do autor e da relatora.

Retorna à Relatora, Senadora Marisa Serrano, para reexame.

Anexado o Relatório apresentado pela Senadora Marisa Serrano (fls. 20/25).

20/12/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: À SCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

22/12/2010 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Encaminhado à Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, nesta data.

06/01/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.

A matéria volta à CMA.

10/01/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CMA nesta data. Matéria aguardando designação de Relator.

02/03/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: À Senhora Senadora KÁTIA ABREU, para relatar.

31/03/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Projeto devolvido pela Relatora, Senadora Kátia Abreu, com Relatório favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2007, com uma emenda substitutiva.

Matéria em condições de ser incluída na pauta de reunião desta Comissão.

Textos: Relatório

07/04/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Anexado relatório às fls. 26 a 30.

A matéria será redistribuída, em virtude da Sen. KÁTIA ABREU não pertencer mais aos quadros da comissão.

25/04/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: À Senhora Senadora VANESSA GRAZZIOTIN, para relatar.

10/08/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Recebido o Of. SF/1406/2011 solicitando a remessa do projeto à Secretaria-Geral da Mesa para processamento do requerimento de trâmite conjunto dos PLS nº 431, de 2003; 406, de 2005; 181, 196 e 495, de 2007; 150, de 2009; e 106, de 2011; de autoria da Senadora Ana Amélia (fls. 31 a 39).

À SCLSF.

11/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste órgão, às 9h27,

15/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGENDADO REQUERIMENTO PARA A ORDEM DO DIA

Ação: Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 23.8.2011 o Requerimento nº 983, de 2011, de tramitação conjunta.

18/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Ação: Incluído na Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 23/08/2011, o Requerimento nº 983, de 2011, de tramitação conjunta.

Votação, em turno único.

23/08/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: Aprovado o Requerimento nº 983, de 2011.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Agricultura e Reforma Agrária; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Econômicos; e à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

23/08/2011 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão. Matéria aguardando distribuição.

26/08/2011 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender a solicitação constante do Ofício nº 1515/2011, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento de tramitação em conjunto (fls. nº 41).

À SSCLSF.

26/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 14h20.

26/08/2011 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

29/08/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Leitura do Requerimento nº 1068, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que solicita, nos termos do artigo 258 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação

conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 489 de 2008 e 408 de 2009, aos Projetos de Lei do Senado nºs 431 de 2003; 406 de 2005; 181, 196 e 495 de 2007; 150 de 2009; e 106 de 2011, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre a mesma matéria.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

31/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 1.068, de 2011, de tramitação conjunta.

31/08/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGENDADO REQUERIMENTO PARA A ORDEM DO DIA

Ação: Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 13/09/2011 o Requerimento nº 1.068, de 2011, de tramitação conjunta.

06/09/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 13/09/2011.

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.068, de 2011, de tramitação conjunta.

27/09/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: É lido e aprovado o Requerimento nº 1.188, de 2011, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando o desamparamento da matéria.

A matéria volta a ter tramitação autônoma e vai às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

30/09/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Recebido na Comissão nesta data.

A matéria volta à Relatora, Senadora Kátia Abreu.

31/10/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na comissão, nesta data.

A matéria será redistribuída, em razão do desligamento da Sen. KÁTIA ABREU da CMA.

17/11/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: À Senhora Senadora Vanessa Grazziotin, para relatar.

13/02/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Projeto devolvido pela Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin, com relatório favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta..

06/03/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida a comissão na 8ª reunião extraordinária de 06.03.2012, foi rejeitado o relatório de autoria da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN e aprovado voto em separado (oral) de autoria do Senador ROMERO JUCÁ, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

A Presidência da Comissão designa como relator do vencido o Senador ROMERO JUCÁ, nos termos do art. 128 do RISF.

Ao Senhor Senador ROMERO JUCÁ, para redação do Parecer da CMA.

04/04/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo relator do vencido, Senador ROMERO JUCÁ, com o parecer vencedor da CMA.

Matéria aguardando leitura na reunião da CMA, nos termos do art. 132, § 5º, do RISF.

04/04/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Incluída na pauta da reunião

10/04/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 13ª Reunião da CMA, nesta data, é apresentado o Parecer vencedor pela rejeição da matéria, nos termos do art. 132, parágrafo 5º, do RISF.

Anexados o Parecer vencedor, o relatório do vencido e folha de assinaturas. (fls. 44 a 51)

Juntado o Ofício nº 097/2012/CMA, de 11/4/2012, que encaminha a matéria à Mesa conforme solicitação do Ofício SF/503/2012, de 10/4/2012, do Presidente do Senado Federal (fls. 52-54).

À SCLSF.

12/04/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste órgão, às 12h.

12/04/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

12/04/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Leitura dos seguintes Requerimentos:

-Requerimento nº 281, de 2012, do Senador Romero Jucá, que solicita, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o presente projeto seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além das constantes no despacho inicial.

-Requerimento nº 282, de 2012, do Senador Delcídio do Amaral, que solicita, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o presente projeto seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além das constantes no despacho inicial.

Os Requerimento lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Publicação em 13/04/2012 no DSF Página(s): 12183

12/04/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nº 281 e 282, de 2012, de audiência da CCJ e CAE.

13/04/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGENDADO REQUERIMENTO PARA A ORDEM DO DIA

Ação: Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 24/04/2012 os Requerimentos nº 281 e 282, de 2012, de audiência da CCJ e CAE.

19/04/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Ação: Incluídos em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 24/04/2012 os Requerimentos nº 281 e 282, de 2012, de audiência da CCJ e CAE.

Votação, em turno único, dos Requerimentos.

Matéria não apreciada na sessão do dia 24/04/2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 25/04/2012.

Matéria não apreciada na sessão do dia 24/04/2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 25/04/2012.

Matéria não apreciada na sessão do dia 25/04/2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 26/04/2012.

Matéria não apreciada na sessão do dia 26/04/2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 02/05/2012.

Matéria não apreciada na sessão do dia 02/05/2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 03/05/2012.

Matéria não apreciada na sessão do dia 03/05/2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 08/05/2012.

08/05/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: Aprovados os Requerimentos nº 281 e 282, de 2012.

Uma vez que já se encontra instruída pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

08/05/2012 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão às 19 horas e 31 minutos.

Matéria aguardando distribuição.

21/11/2012 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para atender a solicitação constante do Ofício nº 2190/2012, da Presidência do Senado Federal, referente a requerimento, formulado pelo Senador Romero Jucá, de tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 431, de 2003, e 196, de 2007.

À SSCLSF.

21/11/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando leitura de requerimento de tramitação conjunta do Senador Romero Jucá, que se dará quando todas as matérias referidas no requerimento (PLS nºs 431, de 2003, e 196, de 2007) estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266 do RISF.

21/11/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Leitura do requerimento nº 998, de 2012, solicitando a tramitação em conjunto do PLS nº 196, de 2007 com o PLS nº 431, de 2003. Este já tramita em conjunto com o PLS nº 150, de 2009.

O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Publicação em 22/11/2012 no DSF Página(s): 62514

27/11/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGENDADO REQUERIMENTO PARA A ORDEM DO DIA

Ação: Agendado para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 06.12.2012 o Requerimento nº 998, de 2012, de tramitação conjunta do PLS nº 196, de 2007, com os PLS nºs 431, de 2003, e 150, de 2009.

05/12/2012 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 06.12.2012, Requerimento nº 998, de 2012, de tramitação conjunta.

Votação, em turno único.

Matéria não apreciada na sessão de 06.11.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 11.12.2012.

Matéria não apreciada na sessão do dia 11.12.2012, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 12.12.2012.

12/12/2012 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: 18:22 - Aprovado o Requerimento nº 998, de 2012.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003; 196, de 2007; e 150, de 2009 vão às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Educação, Cultura e Esporte; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

13/12/2012 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão às 13h08. Matéria aguardando distribuição.

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 431, de 2003; 196, de 2007; e 150, de 2009.)

13/03/2013 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO

Ação: Recebido neste Órgão às 18:55 hrs.

Aguardando leitura de requerimento, do Senador Jayme Campos, de tramitação autônoma do PLS nº 196, de 2007.

14/03/2013 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Leitura do Requerimento nº 157, de 2013, de autoria do Senador Jayme Campos, solicitando, nos termos regimentais, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2007 com vistas a tramitar separadamente.

O Requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.

****** Retificado em 14/03/2013******

(Ação legislativa ocorrida na sessão do dia 13/03/2013)

Publicação em 14/03/2013 no DSF Página(s): 9743 (Ver Diário)

14/03/2013 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 157, de 2013, de desapensamento.

27/03/2013 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 10.4.2013 o Requerimento nº 157, de 2013, de tramitação autônoma.

Votação, em turno único.

17/04/2013 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Ação: Aprovado o Requerimento nº 157, de 2013.

Uma vez que a matéria já se encontra instruída pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania, seguindo, posteriormente, às Comissões de Assuntos Econômicos, e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

18/04/2013 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão às 11 horas e 40 minutos.

Matéria aguardando distribuição.

22/10/2013 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Lúcia Vânia, para emitir relatório.

27/11/2013 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 11h50 relatório da Senadora Lúcia Vânia, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

09/12/2013 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

18/12/2013 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Presidência concede vista ao Senador Cyro Miranda, nos termos regimentais.

Matéria encaminhada ao Gabinete do Senador Cyro Miranda.

04/02/2014 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Devolvido pelo Senador Cyro Miranda sem manifestação.

Matéria incluída na pauta da Comissão.

05/02/2014 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Recebido às 08h45 Voto em Separado do Senador Cyro Miranda contrário ao Projeto.

05/02/2014 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 1ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, durante a discussão, o Senador Cyro Miranda retira o Voto em Separado.

A Comissão aprova o Relatório da Senadora Lúcia Vânia, que passa a constituir Parecer da CCJ favorável ao Projeto com as Emendas nº1-CCJ e nº2 -CCJ.

À Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento da tramitação.

Encaminhado para: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

05/02/2014 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão, nesta data.

Matéria aguardando distribuição.

13/02/2014 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, designa o Senador Eduardo Amorim relator da Matéria.

Ao Relator.

23/07/2014 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A Matéria vai a redistribuição em virtude de o Senador Eduardo Amorim ter se licenciado.

Matéria aguardando distribuição.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 337 DE 2008

Autor: Valdir Raupp

Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 7º, I, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 7º

.....

I -

.....

i) código de barras ou mecanismo similar de registro de informações que permita a rastreabilidade do produto ou lotes de produção: das matérias primas e seus fornecedores, utilizadas na sua fabricação, e dos processos de fabricação e de controle de qualidade.

.....

§4º A rastreabilidade a que se refere a alínea i do inciso I deverá ser implantada por toda a cadeia produtiva, incluindo o armazenamento, transporte, comercialização e retorno das embalagens, por meio de registro eletrônico em sistemas e bancos de dados integrados que permitam sua fiscalização pelo poder público.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua publicação.

Justificativa:

O mundo passa atualmente por transformações que levam ao aumento das exigências de controle sobre a sanidade do processo de produção dos alimentos, tendo como fim a segurança da saúde humana e do meio ambiente.

Recentemente tivemos notícias de resultados de análises laboratoriais, realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, denunciando a contaminação de produtos hortícolas com agrotóxicos, inclusive proibidos para algumas culturas pesquisadas.

A legislação federal sobre o uso de agrotóxicos tem sido atualizada, com as alterações na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos, promovidas pela Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000, e pelo Decreto nº 5.981, de 2006, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei.

Não obstante, resta a necessidade da implantação de mecanismos de rastreabilidade dos processos de produção, armazenamento, transporte e comercialização dos produtos, assim como do retorno das embalagens vazias que restam do seu uso. A rastreabilidade dos agrotóxicos facilitará sobremaneira as ações de controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, com benefícios para toda a sociedade e o meio ambiente, que terão mais segurança quanto ao uso desses produtos.

Ademais, a rastreabilidade dos alimentos tem se tornado uma exigência crescente dos mercados mais desenvolvidos, como a União Européia e os Estados Unidos, com vários outros países seguindo a posição destes dois grandes compradores. A rastreabilidade dos agrotóxicos trará maior confiabilidade e competitividade aos produtos brasileiros que venham a ser exportados a estes mercados.

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=87313

Data de apresentação: 09/09/2008

Ementa: Altera o art. 7º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a rastreabilidade de agrotóxicos.

Indexação: Alteração, Legislação Federal, Agrotóxicos, Acréscimo, Dispositivos, Fixação, Competência, Poder Público, (Ms), (Anvs), Definição, Meios, Cadastro, Registro Do Comércio, Facilitação, Rastreamento, Cadeia Produtiva, Armazenagem, Transporte, Comercialização, Garantia, Fiscalização, Localização, Produto, Indicação, Fornecedor, Lote, Identificação, Matéria Prima, Código De Barras, Controle De Qualidade, Retorno, Embalagem.

Tramitação:

09/09/2008 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 06 (seis) folhas numeradas e rubricadas.

09/09/2008 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO *Ação:* Leitura.

Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis, perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Ao PLEG, com destino à CRA, CMA e, posteriormente, à CAS.

Publicação em 10/09/2008 no DSF Página(s): 37302 - 37303

10/09/2008 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Recebido nesta data na Comissão.

Matéria em fase de recebimento de emendas pelo prazo de 10/09 até 17/09.

18/09/2008 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Esgotado o prazo e não foram oferecidas emendas.

Distribuído ao Sen. Gilberto Goellner para relatar.

Encaminhado ao gabinete do Sen. Gilberto Goellner.

14/10/2008 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação: Recebido nesta data na Comissão, ofício do Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, OF.SF / 1718 / 2008, (fl.7a 9), solicitando a remessa deste Projeto à SGM para que se possa dar seguimento a tramitação de requerimento de oitiva da CCT, de autoria do Senador Wellington Salgado, protocolado naquela secretaria.

À SGM

15/10/2008 - SGM - SECRETARIA GERAL DA MESA

Ação: Recebido neste Órgão, nesta data.

Encaminhado ao Plenário.

15/10/2008 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura do Requerimento nº 1.245, de 2008, do Senador Wellington Salgado, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática por estar no âmbito de sua competência.

À SCLSF, para inclusão do Requerimento lido em Ordem do Dia oportunamente.

Publicação em 16/10/2008 no DSF Página(s): 39902

16/10/2008 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia, do Requerimento nº 1.245, de 2008, do Senador Wellington Salgado, de audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

17/11/2008 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

*Ação: ** AÇÃO DE SANEAMENTO ** Nesta data foi realizada a verificação de dados nos sistemas informatizados, em atendimento aos objetivos definidos no Ato nº 24, de 2008, do Presidente do Senado Federal. Este registro não representa um novo andamento na tramitação desta matéria.*

18/12/2008 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

18/12/2008 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: 2:28 hs - Aprovado o Requerimento nº 1.245, de 2008.

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Agricultura e Reforma Agrária, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

Publicação em 19/12/2008 no DSF Página(s): 53769

19/12/2008 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão em 19/12/2008.

Aguardando distribuição.

05/03/2009 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído a Senadora Kátia Abreu, para relatar.

17/06/2009 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: Devolvido pela relatora, Senadora Kátia Abreu, que apresenta requerimento para realização de Audiências Públicas, destinado a instruir o presente projeto.

24/06/2009 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: A Comissão, reunida nesta data, aprova Requerimento n.º 22, de 2009-CCT, de autoria dos Senadores Kátia Abreu e Gilberto Goellner, anexado às fls. 20 e 21 e o Aditamento nº 01 ao Requerimento n.º 22, de 2009-CCT, de autoria do Senador Gerson Camata, anexado à fl. 22, propondo a realização de Audiência Pública para instruir o presente projeto.

A matéria fica sobrestada na Comissão aguardando realização de Audiência Pública.

21/12/2010 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: À SCLSF, em cumprimento ao disposto no art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal.

05/01/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.

A matéria volta à CCT.

05/01/2011 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal.

A matéria volta à CCT.

06/01/2011 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão nesta data.

Aguardando distribuição.

23/03/2011 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador João Ribeiro, para relatar.

04/05/2011 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador João Ribeiro, para redistribuição.

26/05/2011 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: Encaminhado à SCLSF, atendendo solicitação.

Anexado às fls. 23 a 27, ofício nº 717 de 2011 do Senhor Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney.

26/05/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 12h e 20.

31/05/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário.

31/05/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Leitura do requerimento nº 611, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que solicita tramitação conjunta do PLC 55, de 2007 e do PLS 337, de 2008, por versarem sobre a mesma matéria.

O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Publicação em 01/06/2011 no DSF Página(s): 19821 - 19822

31/05/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO

Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 611, de 2011, de tramitação conjunta do PLC 55/2007 com o PLS 337/2008.

31/05/2011 - SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: INCLUIDO REQUERIMENTO EM ORDEM DO DIA DA SESSÃO DELIBERATIVA

Ação: Incluído em Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 08/06/2011, o Requerimento nº 611, de 2011, de tramitação conjunta.

Matéria não apreciada na sessão do dia 08/06/2011, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 09/06/2011.

Matéria não apreciada na sessão do dia 09/06/2011, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 14/06/2011.

Matéria não apreciada na sessão do dia 14/06/2011, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 15/06/2011.

15/06/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Aprovado o Requerimento nº 611, de 2011.

Passam a tramitar em conjunto as seguintes matérias: PLC 55/2007 e PLS 337/2008, que perde o o caráter terminativo.

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Agricultura e Reforma Agrária; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Publicação em 16/06/2011 no DSF Página(s): 23801

15/06/2011 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão em 15/06/2011.

Aguardando distribuição.

12/07/2011 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Ciro Nogueira, para relatar.

07/03/2012 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Ciro Nogueira, com relatório favorável ao PLC 55/2007, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 337/2008, que tramita em conjunto, estando em condições de ser incluído em pauta.

02/04/2012 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão, na reunião do dia 04/04/2012.

04/04/2012 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: A apreciação da Matéria é adiada em virtude do cancelamento da 9ª Reunião da Comissão.

13/04/2012 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão, na reunião do dia 18/04/2012.

18/04/2012 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em Reunião, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que passa a constituir o Parecer da CCT, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008, e favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007, que tramita em conjunto, na forma da Emenda nº 01-CCT (Substitutivo).

18/04/2012 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Ação: À CRA, para prosseguimento de sua tramitação.

18/04/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta data na Comissão.

Aguardando designação do relator.

19/04/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designada a Senadora Ana Amélia para relatar.

Encaminhado ao gabinete da Senadora Ana Amélia.

25/04/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pela Senadora Ana Amélia para redistribuição.

Matéria aguardando designação de relator.

(Tramitam em conjunto o PLC nº 55/2007 e o PLS nº 337/2008)

27/04/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Designado o Senador Jayme Campos para relatar.

Encaminhado para o gabinete do Senador Jayme Campos.

31/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Jayme Campos para redistribuição.

Matéria aguardando designação de relator.

(Tramitam em conjunto o PLC nº 55/2007 e o PLS nº 337/2008)

31/05/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Foi designado o Senador Cyro Miranda para relatar.

Encaminhado para o gabinete do Senador Cyro Miranda.

06/12/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Cyro Miranda, pela aprovação do PLC nº 55, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CCT, e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008(fls.39 a 44).

Matéria pronta para pauta na Comissão.

12/12/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido nesta data, do Senador Cyro Miranda, novo relatório pela aprovação do PLC nº 55/2007, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 337/2008 e da Emenda oferecida pela Senadora Gleisi Hoffmann ao PLC nº 55/2007 (fls. 45/51).

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

(Tramitam em conjunto o PLC nº 55/2007 e o PLS nº 337/2008)

14/12/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 37ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 18/12/2012.

18/12/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 37ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, colocado em discussão e votação, a Comissão aprova o relatório do Senador Cyro Miranda, que passa a constituir Parecer da CRA, pela aprovação do PLC nº 55, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CCT/CRA (Substitutivo),

com a Subemenda-CRA à Emenda nº 1-CCT/CRA (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 337, de 2008, e da Emenda nº 2 apresentada pela Senadora Gleisi Hoffmann ao PLC nº 55, de 2007 (fls 45/55).

Juntada a Decisão da CRA sobre o PLC nº 55/2007 e PLS nº 337/2008 (fl. 52/54).

Juntada a folha de assinatura do Parecer do PLC nº 55/2007 e PLS nº 337/2008 (fl. 55).

(Tramitam em conjunto o PLC nº 55/2007 e o PLS nº 337/2008)

Os Projetos serão encaminhados à CCJ para apreciação.

20/12/2012 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Ação:

À CCJ para prosseguimento da tramitação.

20/12/2012 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão às 19 horas e 58 minutos. Matéria aguardando distribuição.

(Tramitam em conjunto o PLC nº 55/2007 e o PLS nº 337/2008)

30/01/2014 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Baliro Maggi, para emitir relatório.

(Tramitam em conjunto o PLC nº 55, de 2007 e o PLS nº 337, de 2008.)

14/03/2014 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Blairo Maggi para redistribuição por deixar de compor esta Comissão em 13/03/2014.

(Tramitam em conjunto: PLC nº 55, de 2007 e PLS nº 337, de 2008)

17/03/2014 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Cidinho Santos, para emitir relatório.

(Tramitam em conjunto: PLC nº 55, de 2007 e PLS nº 337, de 2008)

14/05/2014 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o Relatório do Senador Cidinho Santos, com voto favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com a Subemenda da CRA, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2008.

(Tramitam em conjunto o PLC nº 55, de 2007, e o PLS nº 337, de 2008)

18/07/2014 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição em virtude de o Senador Cidinho Santos deixar de compor esta Comissão em 18/07/2014.

PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 679 DE 2011

Autora: Ana Rita

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, fica acrescida do seguinte artigo 21-A:

“Art. 21-A. Fica criada a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, com o objetivo de estimular as pesquisas, a produção e o uso de agrotóxicos não sintéticos de origem natural.

§ 1º São objetivos da Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural:

- I - diminuir o uso de agrotóxicos de origem sintética;
- II - disponibilizar novas tecnologias ao produtor rural, a baixo custo e de fácil manuseio;
- III - obter produtos agrícolas mais saudáveis isentos de contaminação por agrotóxicos de origem sintética;
- IV - manter o equilíbrio da natureza, preservando a fauna e os mananciais de águas;
- V - aumentar a resistência de plantas e animais contra a ocorrência de pragas e doenças e diminuir os gastos com a condução das culturas e criações.

§ 2º São considerados agrotóxicos não sintéticos de origem natural todos os produtos de origem não sintética que se enquadrem nos termos do inciso I do art. 2º desta Lei e que possuam as seguintes características:

- I – pouco ou não tóxicos ao homem;
- II - baixa agressividade à natureza;
- III - eficiência no combate e repelência a insetos, plantas infestantes e microrganismos nocivos;
- IV - não favorecer a ocorrência de formas de resistência de pragas e de microrganismos;
- V - custo reduzido para aquisição e emprego;
- VI - simplicidade de manejo e aplicação.

§ 3º O Poder Público estimulará o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos não sintéticos de origem natural, utilizando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, e do Fundo Nacional de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, nos termos do regulamento.

§ 4º O Poder Público financiará o estabelecimento de unidades industriais para a produção de agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito subsidiado, nos termos do regulamento.

§ 5º O Poder Público estimulará os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito com taxas de juros menores, nos termos do regulamento.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa:

Defensivos naturais também chamados defensivos alternativos ou biopesticidas se originam em materiais naturais, já existentes no ambiente, como plantas, microorganismos e animais. Normalmente são menos tóxicos e causam baixo impacto ambiental, por serem altamente específicos, decompõem-se rapidamente e não serem persistentes no meio ambiente.

Podem ser usados para melhorar o transporte e a vida útil dos produtos agrícolas, e não deixam resíduos, abrindo portas para os mercados de exportação. Alguns são usados na produção orgânica, onde existem poucas opções tecnológicas.

Os defensivos naturais, usados em combinação com defensivos sintéticos, têm demonstrado melhor eficiência, melhores rendimentos e aumento da lucratividade da lavoura.

Como exemplos temos a vespa endoparasitóide *Cotesia flavipes*, que parasita a broca-da-cana-de-açúcar (*Diatraea saccharalis*), sendo usada em cerca de 3 milhões de hectares da cultura. O fungo *Metarhizium anisopliae* é utilizado na infecção e controle das cigarrinhas do gênero *Mahanarva* spp, também em cerca de 2 milhões de hectares da cana-de-açúcar. O *Baculovirus anticarsia* já é utilizado no controle da lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*), em 300 mil hectares da cultura. E a vespa do gênero *Trichogramma* spp já é utilizada no controle de lagartas que atacam 500 mil hectares das culturas da cana-de-açúcar, milho, e tomate.

Estima-se que de 50.000 a 70.000 plantas medicinais e aromáticas são usadas no mundo, sendo que 3.000 são comercializadas. Cerca de 3.000 espécies são utilizadas para produzir óleos essenciais (uso como aroma, sabor, desinfetantes, e com atividade inseticida e antimicrobiana, etc.) sendo que 300 espécies são commodities comercializadas no mercado global.

A Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos, e o seu regulamento respectivo, o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, não adota o termo “defensivo natural”, mais comumente utilizado na sociedade. O termo “agrotóxico” foi cunhado e adotado na legislação justamente por transmitir ao produtor menos informado a característica de periculosidade que alguns dos produtos carregam. Assim, mantivemos na Lei o uso termo “agrotóxico não sintético de origem natural”, por entender que a definição contida no seu art. 2º, já contempla o grupo de defensivos naturais, e que a adoção do termo “defensivos naturais” na Lei provocaria uma polêmica que prejudicaria a discussão da proposição que se apresenta.

Os defensivos naturais têm tido significativa atenção por parte da comunidade científica. É digno de registro a realização do V Congresso Brasileiro de Defensivos Agrícolas Naturais – COBRADAN, de 24 a 26 de maio de 2011, pela Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna, SP), por meio do Fórum Permanente para Adequação Fitossanitária, e em parceria com a Fundação Arthur Bernardes – Funarbe, em Viçosa, MG. Vários trabalhos científicos foram apresentados nesse V Congresso.

Entretanto, a agropecuária nacional se ressentida de uma legislação ordinária que se preocupe com o incentivo ao desenvolvimento dessas tecnologias, sua produção em escala industrial e seu uso no meio rural.

Os novos padrões de consumo de alimentos sem contaminantes exigem maior sustentabilidade dos processos produtivos e o uso de defensivos naturais. Além disso, endemias e problemas diversos de saúde pública e relacionados a desequilíbrios do meio ambiente podem ser sanados ou minimizados com o uso preferencial de defensivos naturais. A grande biodiversidade que caracteriza os nossos ecossistemas enseja a adoção de estímulos ao desenvolvimento científico e tecnológico de defensivos naturais, com todas as vantagens já mencionadas.

Não basta, no entanto, desenvolver o produto. É necessário financiar a sua fabricação e o seu uso pelos produtores rurais ou outros usuários finais, o que demanda linhas de crédito específicas para o setor.

Tais ações serão consubstanciadas nesse Projeto de Lei ao instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, na Lei dos Agrotóxicos. A aprovação dessa Política pelos meus nobres pares exigirá a adoção de ações efetivas pelo Poder Executivo para o seu cumprimento, com resultados positivos para toda a sociedade.

Sala das Sessões,

Senadora Ana Rita

Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site do Senado:

http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=103225

Data de Apresentação: 10/11/2011

Ementa: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

Explicação da ementa: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 (Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins) para criar a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural, com os objetivos de estimular as pesquisas, a produção e o uso de agrotóxicos não sintéticos de origem natural. Classifica, para os fins da lei, os agrotóxicos não sintéticos de origem natural. Dispõe que o Poder Público estimulará o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento de agrotóxicos não sintéticos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Determina que o Poder Público financiará o estabelecimento de unidades industriais para a produção de agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito subsidiado e que estimulará os produtores rurais a utilizarem agrotóxicos não sintéticos de origem natural através de linhas de crédito com taxas de juros menores.

Indexação: Alteração, Lei Dos Agrotóxicos, Criação, Política Nacional, Agrotóxico, Defensivo Agrícola, Produto Natural, Pesquisa, Produção, Utilização, Objetivo, Incentivo, Produto Industrializado, Produto Químico, Redução, Custo, Contaminação, Preservação, Impacto Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Manejo Ecológico, Poluição, Meio Ambiente, Praga, Doença, Toxicidade, (Fndct), Desenvolvimento Científico, Fundo Nacional Do Meio Ambiente, Financiamento, Poder Público, Subsídios, Crédito Industrial, Empresa Industrial, Regulamento.

Tramitação:

10/11/2011 - PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 08 (oito) folhas numeradas e rubricadas.

10/11/2011 - ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA – PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Leitura.

Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.

A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira Comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

11/11/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Ação: Recebido na Comissão nesta data.

Aguardando abertura do prazo para recebimento de emendas ao Projeto.

14/11/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Aberto prazo para apresentação de emendas.

Primeiro dia: 14/11/2011

Último dia: 21/11/2011

07/12/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Esgotado o prazo regimental sem a apresentação de emendas, a matéria aguarda designação de Relatoria.

20/12/2011 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Projeto distribuído ao Senador Aníbal Diniz para relatar.

17/04/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Matéria devolvida pelo Relator, Senador Aníbal Diniz, com Relatório pela aprovação do Projeto.

24/04/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Reunida a CMA na 17ª reunião ordinária de 24.04.2012, foi concedida vista do projeto ao Senador PEDRO TAQUES, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

30/04/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Nesta data, é pedido reexame de Relatório, pelo Relator.

Anexado Relatório. (fls 9 a 11)

Matéria encaminhada ao Relator, Senador Aníbal Diniz.

22/05/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador ANIBAL DINIZ, com novo relatório pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta.

29/05/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Reunida a comissão, nesta data, é lido e aprovado o relatório do Senador Aníbal Diniz, que passa a constituir

o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1 - CMA (substitutivo).

06/06/2012 - CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Juntado o Parecer da CMA e folha de assinaturas. (fls. 12 a 17)

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

- 06/06/2012** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Ação: Recebido nesta Comissão em 06/06/2012.
Aguardando distribuição.
- 04/07/2012** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Ação: Distribuído ao Senador Ivo Cassol, para relatar.
- 13/09/2012** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Ação: Devolvido pelo relator, Senador Ivo Cassol, com relatório favorável na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, estando em condições de ser incluído em pauta.
- 11/10/2012** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
Ação: Matéria constante da Pauta da 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agendada para o dia 17/10/2012.
- 17/10/2012** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Ação: Em 17/10/2012, a Matéria é retirada de Pauta, a pedido do Relator, para reexame.
Ao Relator, Senador Ivo Cassol.
- 04/12/2012** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
Ação: Devolvido pelo relator, Senador Ivo Cassol, com relatório favorável, na forma do substitutivo oferecido, estando em condições de ser incluído em pauta.
Anexado às fls. 18 a 20, o primeiro relatório oferecido.
- 14/12/2012** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
Ação: Matéria constante da Pauta da 34ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agendada para o dia 19/12/2012.
- 19/12/2012** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO
Ação: O Presidente da Comissão, Senador Eduardo Braga, em reunião realizada nesta data, designa relator ad hoc o Senador Cyro Miranda e, após a leitura do relatório, concede vista à Senadora Angela Portela, pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias.
- 08/03/2013** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
Ação: Matéria constante da Pauta da 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agendada para o dia 12/03/2013.
- 12/03/2013** - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA
Ação: Em 12/03/2013, o Presidente da Comissão redistribuiu a matéria ao Senador Ivo Cassol, em razão do relator ad hoc, Senador Cyro Miranda, não mais pertencer aos quadros desta Comissão.
Anexado às fls. 21 a 26, o relatório oferecido.

Ao relator, Senador Ivo Cassol, para reexame da matéria.

07/05/2013 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido pelo relator, Senador Ivo Cassol.

A matéria se encontra em condições de ser incluída em pauta.

31/05/2013 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agendada para o dia 04/06/2013.

04/06/2013 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Reunida a Comissão em 04/06/2013, a deliberação da matéria foi adiada.

06/06/2013 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agendada para o dia 11/06/2013.

11/06/2013 - CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em reunião, realizada nesta data, após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o relatório de autoria do Senador Ivo Cassol, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, nos termos da emenda nº. 02 – CCT (Substitutivo).

À CRA, para prosseguimento de sua tramitação.

11/06/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CRA nesta data.

Matéria aguardando designação de relator.

25/06/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Ivo Cassol para relatar.

Encaminhado ao gabinete do Senador Ivo Cassol.

29/08/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido nesta data, do Senador Ivo Cassol, o relatório pela aprovação do PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta (fls. 28/32).

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

11/09/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 12/09/2013.

12/09/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 22ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência designa a Senadora Ana Amélia relatora "ad hoc", em substituição ao Senador Ivo Cassol. A Senadora Ana Amélia efetua a leitura do relatório favorável ao PLS nº 679, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CCT (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. Colocado em discussão e não havendo Senadores inscritos para discutir a matéria, o Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, encerra a discussão do PLS nº 679, de 2011, e adia a votação para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

17/09/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 23ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 19/09/2013.

19/09/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 23ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência retira da Pauta o PLS nº 679/2011, Item 01.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

01/10/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 25ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 03/10/2013.

03/10/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 25ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, anunciada a matéria, a Presidência adia a votação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

09/10/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 26ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 10/10/2013.

10/10/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 26ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, anunciada a matéria, a Presidência adia a votação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

23/10/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 29ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 24/10/2013.

24/10/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 29ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência retira da pauta o PLS nº 679/2011, Item 1.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

12/11/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 34ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 14/11/2013.

14/11/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 34ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, anunciada a matéria, a Presidência adia a votação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

10/12/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 40ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 12/12/2013.

12/12/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 40ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência adia a apreciação do PLS nº 679 de 2011, ITEM 1.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

17/12/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 41ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 19/12/2013.

18/12/2013 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Cancelada a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, agendada para o dia 19/12/2013.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

04/02/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 06/02/2014.

06/02/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 1ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência retira da pauta o PLS nº 679/2011, Item 1.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

18/02/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 3ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 20/02/2014.

20/02/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 3ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência adia a apreciação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

10/03/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 5ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 13/03/2014.

13/03/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 5ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência adia a apreciação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

25/03/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 7ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 27/03/2014.

27/03/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 7ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência adia a apreciação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

01/04/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 9ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 03/04/2014.

03/04/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 9ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência adia a apreciação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

09/04/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 10/04/2014.

10/04/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 10ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência adia a apreciação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

22/04/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 24/04/2014.

24/04/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 11ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência adia a apreciação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

21/05/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 22/05/2014.

22/05/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 14ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência retira da Pauta o PLS nº 679/2011.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

27/05/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 29/05/2014.

03/06/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 16ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 05/06/2014.

04/06/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Cancelada a Pauta Deliberativa da 16ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, agendada para o dia 05/06/2014, para a realização de Audiência Pública.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

16/07/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 19ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, agendada para o dia 17/07/2014.

17/07/2014 - CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Na 19ª Reunião Extraordinária da CRA realizada nesta data, a Presidência adia a apreciação do PLS nº 679/2011 para a próxima reunião deliberativa da Comissão.

Matéria pronta para a Pauta na Comissão.